

CAPÍTULO XI

Acumulação e capitalismo rentista

Antes de terminarmos esta parte, em que examinamos um modelo de longo prazo do desenvolvimento capitalista, devemos fazer algumas considerações sobre o processo de acumulação de capital. A rigor o processo de acumulação é o tema geral deste livro, juntamente com a taxa de lucro, na medida que são essas as duas variáveis básicas do processo de desenvolvimento capitalista. O processo de acumulação, entretanto, particularmente a partir do final dos anos setenta, vem sofrendo alterações substanciais na medida em que políticas monetaristas de controle da quantidade de moeda, ao elevarem artificialmente a taxa de juros real, tendem a reduzir as taxas de crescimento dos setores produtivos das economias capitalistas centrais. Em consequência, e contraditoriamente, em nome do retorno à economia de mercado, o Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático dos nossos dias vai se transformando, sob a égide do conservadorismo monetarista, em um capitalismo rentista, que aumenta sua taxa de exploração sobre os países devedores do Terceiro Mundo.

1

Não pretendo resenhar aqui toda a extensa discussão sobre a função investimento. Este tema, já exaustivamente

estudado, inclusive através das mais variadas pesquisas empíricas,¹ afinal acaba por concluir que a acumulação de capital, no curto prazo, depende da taxa de lucro esperada, dada a taxa de juros. No curtíssimo prazo podemos aceitar como dada a taxa de lucro e fazer variar o investimento em função das variações na taxa de juros. Esta solução, muito comum nos livros-texto de macroeconomia filiados à chamada *síntese neoclássica*, faz-nos perder a verdadeira natureza do processo de acumulação capitalista, na medida em que privilegia uma variável de menor importância — a taxa de juros — deixando em segundo plano a variável fundamental no processo de acumulação: a taxa de lucro.²

Na verdade, a longo prazo a variável fundamental da acumulação capitalista é a taxa de mais-valia. Quando se concentra a renda, ainda que os capitalistas aumentem seu consumo de bens de luxo, tendem também a aumentar sua taxa de acumulação. Por isso, na fase da Revolução Capitalista, em que a taxa de mais-valia é crescente, a taxa de acumulação também é crescente. Em seguida, estabilizando-se a taxa de mais-valia, a taxa de acumulação também se estabiliza. Ela apenas varia no curto prazo em função da taxa de lucro esperada.

No Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático, entretanto, quando o Estado além das empresas oligopolistas começa a ter um papel importante na acumulação de meios de produção, a taxa de acumulação volta a crescer ainda que a taxa de mais-valia não demonstre tendência a aumentar. Esse fato só pode ser explicado pela relativa autonomia das decisões de investimento do Estado em relação à taxa de lucro e à taxa de mais-valia. Na medida, entretanto, em que aumenta a acumulação estatal em meios de produção haverá, em última análise, um aumento da taxa de mais-valia global

¹ Ver Dale Jorgenson, "Econometric studies of investment behavior: a survey", em *Journal of Economic Literature*, vol. 9, nº 4, 1971.

² Em pesquisa empírica realizada entre as grandes empresas de São Paulo verifiquei que apenas 24,6% das empresas "seriam influenciadas no sentido de não realizar o investimento se a taxa de juros real (deduzida a taxa de inflação) dominante no mercado estivesse muito alta", enquanto 74,5% das empresas não tenderiam a realizar o investimento "se as perspectivas do novo investimento não fossem boas".

da economia, na qual se considera o lucro realizado pelas empresas estatais.

A taxa de lucro irá determinar a taxa de acumulação capitalista, na medida em que ela influencia a taxa prevista de lucro. Os capitalistas tendem a prever seus lucros em função da sua experiência imediatamente anterior sobre o comportamento da taxa de lucro. Dados o volume de excedente disponível e a taxa de mais-valia, os capitalistas investirão mais ou menos em função de suas perspectivas de lucro. O excedente disponível para investimento corresponde aproximadamente à poupança, ou seja, ao excedente total menos o consumo de luxo. A taxa de mais-valia é relevante na medida em que indica qual a parte do excedente apropriado pelos capitalistas. Como estes possuem uma propensão marginal a poupar maior do que os trabalhadores, dado um mesmo volume de excedente disponível, a taxa de acumulação deverá ser tanto maior quanto maior for a taxa de mais-valia e conseqüentemente a taxa de lucro.

O aumento ou diminuição de acumulação, entretanto, não será realizado às expensas do consumo capitalista, que pouco se alterará em função das maiores ou menores perspectivas de lucro. As variações na taxa de acumulação serão compensadas pelos vazamentos do sistema econômico, que podem ser expressos pela taxa de entesouramento. Ao reduzir-se a acumulação, aumenta o entesouramento, que é o vazamento por excelência dentro do sistema econômico. Recursos deixam de ser aplicados para serem esterilizados saindo fora do sistema produtivo. Em conseqüência temos a redução da demanda agregada e a crise. Em contrapartida, quando aumenta a taxa de acumulação, reduz-se o entesouramento, podendo-se, inclusive, falar em uma "taxa negativa de entesouramento". Esta taxa negativa ocorreria quando os empresários, em face a uma onda de inovações shumpeteriana, estivessem tomando emprestado e investindo além dos recursos disponíveis da economia. É claro que esses *recursos disponíveis* (do excedente disponível para acumulação) são de definição muito imprecisa, já que, à medida que ocorre o investimento, aumenta não apenas oferta agregada através do mecanismo do acelerador, mas também a demanda agregada através do mecanismo do multiplicador de forma que os recursos disponíveis aumentam concomitantemente.

Vale observar que este aumento da taxa de acumulação apoiado no sistema de crédito sublinha a importância da acumulação financeira ou acumulação de capital fictício, em moeda, títulos de renda fixa, ações, papéis de toda a natureza, para a acumulação real. Ainda que não haja uma relação direta e necessária entre dois tipos de acumulação, é óbvio que a acumulação financeira e o correspondente crescimento do capital fictício têm um efeito positivo a longo prazo no processo de crescimento da taxa de acumulação real do sistema. Consideradas as demais variáveis constantes, quanto maior for o capital financeiro existente, maior tenderá a ser a taxa de acumulação.

O sistema financeiro, dentro de uma formação social capitalista, desempenha, entre outras, três funções fundamentais:

- 1) garante liquidez e mobilidade a uma parte do capital;
- 2) permite o financiamento da produção corrente, fornecendo ou transferindo capital de giro para as empresas; e
- 3) possibilita a transferência de poupança dos capitalistas inativos para as empresas, viabilizando o financiamento a longo prazo da acumulação.

No quadro desta análise de um modelo a longo prazo de desenvolvimento capitalista, apenas a última função interessa. Na medida em que a dimensão mínima inicial dos projetos de investimento vai aumentando, torna-se cada vez mais difícil para os empresários individuais ou as empresas realizá-los com seus próprios recursos ou com recursos que são capazes de angariar entre parentes e amigos. Surge assim a necessidade do sistema financeiro para financiar a acumulação, através da emissão de ações, debêntures e da formação de bancos de investimento privados e afinal estatais. As empresas que desenvolverem projetos de investimentos sacam contra o sistema financeiro, e assim obtêm os recursos necessários.

O papel do sistema financeiro é, portanto, fundamental no processo de acumulação capitalista. Já o mesmo não poderia, em princípio, ser dito da taxa de juros. Obviamente a acumulação capitalista se efetivará se houver uma razoável (do ponto de vista dos capitalistas) distância entre a taxa de lucro prevista e a taxa de juros do mercado. Caso contrário será mais interessante para cada capitalista também colocar seu dinheiro a juros ao invés de investi-lo. No curto prazo

variações da taxa de juros poderão ter alguma influência nas decisões de investir das empresas. Entretanto a longo prazo é pouco provável que essa distância deixe de existir. Em primeiro lugar, por uma razão de mercado ou de oferta e procura: desaparecendo essa distância entre a taxa de lucro e a taxa de juros, no momento em que todos quisessem emprestar não haveria tomadores e a taxa de juros cairia. Em segundo lugar, por uma razão estrutural: afinal a taxa de juros não é outra coisa senão uma parte da taxa de lucro. É a parcela da mais-valia que os capitalistas ativos estão dispostos a pagar aos capitalistas inativos em troca do empréstimo de seu capital.³ Isto significa que a longo prazo a taxa de juros tende a ser sempre inferior e suficientemente inferior à taxa de lucro prevista, de forma a não obstar a acumulação.

2

A funcionalidade do sistema financeiro para a acumulação de capital pode, entretanto, desaparecer se políticas monetaristas de controle da oferta de moeda, em nome do controle da inflação, levam a um aumento artificial e prolongado da taxa de juros, como aconteceu no mundo capitalista central a partir do final dos anos setenta. Nesse caso a especulação financeira sobrepõe-se à funcionalidade do sistema financeiro para a captação de poupanças. Os rentistas, que vivem de juros, e os especuladores financeiros passam a ser os grandes beneficiados da elevação da taxa de juros. Esta, ao colocar-se acima ou muito próxima da taxa de lucro esperada para os novos empreendimentos, inviabiliza grande parte deles.

A conseqüência dessa intervenção do Estado é o desequilíbrio entre a taxa de lucro e a taxa de juros. Em nome da pureza do mercado, a reação conservadora, de caráter monetarista, às políticas econômicas keynesianas acaba por intervir de forma ainda mais radical no mercado. A taxa de juros, que jamais poderia ser mais alta do que a taxa de lucro, passa a sê-lo em função da capacidade que o Estado tem de reduzir

³ Karl Marx, *O Capital*, Livro III, parte 5, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

artificialmente a quantidade de moeda. É certo que esta capacidade de controlar a quantidade de moeda é relativa, já que os elementos endógenos na determinação da oferta monetária são dominantes no sistema capitalista.⁴ Mas é suficiente para manter a taxa de juros artificialmente elevada e provocar a redução da taxa de acumulação.

É preciso, entretanto, não descartar com ligeireza o monetarismo. Trata-se da expressão moderna da teoria neoclássica e da reação conservadora ao keynesianismo. Este deixou de ser funcional para a classe capitalista quando, a partir do final dos anos sessenta, o longo processo de acumulação e de crescimento com base em políticas econômicas keynesianas levou a um esgotamento relativo do exército industrial de reserva e a um aumento considerável do poder de barganha dos trabalhadores.⁵ Em consequência foi se tornando importante para os setores mais conservadores da classe capitalista quebrar o poder de barganha dos trabalhadores, ainda que as custas de graves prejuízos para o processo de acumulação. Ao monetarismo coube dar o embasamento teórico para esse tipo de política.

Essa base teórica para políticas econômicas já existia na teoria econômica neoclássica, mas fora minada pela revolução keynesiana. Kalecki, quando falava do caráter político do ciclo econômico, estava criticando a velha teoria neoclássica, que ele e Keynes se encarregaram de colocar em questão.⁶ O monetarismo de Milton Friedman, ao criticar especificamente Keynes, restabelece a lógica capitalista contra o pleno-emprego e a favor da recessão como forma de controlar a inflação, ainda que seu modelo ideal pretenda manter a economia permanentemente em regime de pleno emprego e estabilidade de preços.

O custo de controlar a inflação via restrição monetária é agora, entretanto, muito maior do que no passado, dado o

⁴ Luiz Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano, "Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação", em *Revista de Economia Política*, vol. 4, nº 1, 1984. Republicado em *Inflação e Recessão*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

⁵ Robert Body e James Crotty, "Class conflict and macropolicy: the political business cycle", em *Review of Radical Political Economics*, vol. 7, nº 1, 1975.

⁶ Michal Kalecki, "Political aspects of full employment", em *Selected Essays on the Dynamic of the Capitalist Economy 1933-1970*, Cambridge, Cambridge University Press, 1971 (artigo publicado em 1943).

caráter oligopolizado, estatizado e parcialmente indexado das economias capitalistas centrais. O resultado é a estagflação ou a inflação inercial, extremamente rígida para baixo, na medida em que as empresas oligopolistas tendem a elevar as suas margens de lucro para compensar a perda de rendas quando se desencandeia a recessão.

Não obstante, o que está por trás do conservadorismo monetário, assim como da *supply side economics*,⁷ é a idéia de que para a sobrevivência a longo prazo do capitalismo será necessário reduzir o poder de barganha dos trabalhadores e controlar a inflação, ainda que à custa do sacrifício de uma longa recessão e de taxas de juros elevadas por muito tempo, como aconteceu com o Reino Unido e com os Estados Unidos entre 1979 e 1982. A antiga política de *stop and go*, geralmente associada com uma abordagem keynesiana para os problemas econômicos, seria ineficiente senão contraproducente.

A esperança conservadora é de que, depois de uma longa paralisação da economia, a taxa de salários baixe significativamente e as margens de lucro dos setores oligopolistas tornem-se suficientemente altas para compatibilizar taxas de juros mais elevadas com a continuidade da acumulação capitalista.

3

A manutenção de taxas de juros elevadas e sua compatibilização com a retomada da acumulação capitalista é, entretanto, um objetivo em si mesmo. Isto se explica, de um lado, porque o capitalismo oligopolista e tecnoburocrático dos países centrais e particularmente dos Estados Unidos acumulou capital e aumentou sua produtividade de tal forma que levou ou permitiu que uma parte considerável de sua burguesia se transformasse em uma burguesia rentista, que vive de juros e dividendos, apoiada em um complexo e sofisticado sistema financeiro; de outro lado, as próprias economias dos

⁷ James T. Campen e Arthur Mac Ewan, "Crisis, contradiction and conservative controversies in contemporary U.S. capitalism", em *Review of Radical Political Economics*, vol. 14, n.º 3, 1982.

países centrais tendem também a se transformar em uma espécie de um capitalismo rentista, que vive dos juros dos empréstimos internacionais e dos dividendos proporcionados pelos investimentos no exterior das empresas multinacionais.

De fato, na medida em que grandes volumes de capitais foram emprestados, especialmente aos países do Terceiro Mundo, durante os anos setenta, a receita de juros dos países centrais passa a se tornar extremamente importantes para esses países. Por outro lado, na medida em que o volume da dívida dos países do Terceiro Mundo alcança limites considerados insustentáveis (cerca de 700 bilhões de dólares em meados dos anos oitenta), coloca-se como objetivo não aumentar mais essa dívida. Ora, para que isto ocorra, considerando-se que a taxa nominal média de juros para os países do Terceiro Mundo seja de aproximadamente 12% ao ano (correspondendo a cerca de 6% de juros reais, ou seja, uma taxa de juros três a quatro vezes maior do que as taxas históricas médias de juros), será necessário que esses países obtenham um superávit em suas balanças comerciais e de serviços reais de 84 bilhões de dólares com relação aos países centrais. Se somarmos a esse valor os dividendos não compensados por novos investimentos das empresas multinacionais, teremos a necessidade de um déficit comercial dos países centrais de mais de 100 bilhões de dólares anuais.

Ora, ao acontecer este fenômeno, acentuar-se-á o caráter rentista dos países centrais credores. Ao invés de viverem da produção, viverão cada vez mais das rendas recebidas do exterior. Dado o objetivo de não aumentar mais de forma substancial a dívida dos países do Terceiro Mundo, não resta aos países capitalistas centrais outra alternativa senão limitar sua produção interna, importarem dos países devedores e apresentarem elevados déficits em suas balanças comerciais compensados por superávits em suas balanças de juros e dividendos. Torna-se, assim, interessante que as taxas de juros permaneçam elevadas, ainda que com o risco da redução da acumulação capitalista em ativos reais. Uma velha forma de imperialismo, baseada na obtenção de juros elevados, ganha agora nova importância e nova dimensão. Como o velho imperialismo via comércio internacional foi substituído pelo novo imperialismo via empresas multinacionais, um novíssimo imperialismo surge nos anos setenta para basear sua

extração do excedente dos países do Terceiro Mundo em imensos empréstimos internacionais acompanhados de elevadas taxas de juros reais.

Esboça-se, assim, a nível internacional, uma forma de capitalismo rentista que ganha substância a nível nacional na medida em que as burguesias dos países centrais vão se transformando também em rentistas, deixando a atividade empresarial para a alta tecnoburocracia que controla as grandes empresas. O Capitalismo Oligopolista Tecnoburocrático desta segunda metade do século XX vai assumindo assim, nos países centrais, um carácter rentista.

Ao mesmo tempo em que este fenómeno, cuja configuração plena ainda não é possível definir, vai se delineando, o capitalismo entra, a partir dos anos setenta, em uma nova fase de declínio do quarto ciclo longo ou de Kondratieff. Nesta fase, o extraordinário desenvolvimento do capital bancário a nível internacional, nos quadros desse capitalismo rentista, pode levar a uma crise financeira de grande profundidade, apesar de todos os mecanismos institucionais de controle que foram estabelecidos a partir da criação dos bancos centrais e do Fundo Monetário Internacional.

Aqui não temos como objetivo fazer a análise da crise atual do capitalismo, mas fornecer elementos teóricos para que essa análise se faça. Depois de haver estudado a dinâmica da acumulação capitalista nos quadros de uma análise de longo prazo, que teve como base o exame da lei da tendência declinante da taxa de lucro, devemos agora passar a examinar a natureza dos ciclos económicos e, portanto, a dinâmica das fases de prosperidade e de crise, de expansão e de declínio, que, a médio e curto prazos, caracterizam a acumulação capitalista.